

Veto Total nº 030/11

AO EXPEDIENTE
Em 02/08/2011
Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
02/08/2011
Processo 030/11

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA
MENSAGEM N. 147, DE 25 DE JULHO DE 2011.

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
02/08/2011
1º Secretário

Processo EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Determina a instituição da Segurança e Civismo nas Áreas Escolares”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 208/2011, de 30 de junho de 2011.

Senhores Deputados, é mister aduzir que a aludida instituição da obrigação *supra*, prevista no Projeto de Lei que cria despesa para o Estado vem de encontro aos preceitos e comandos legais do ordenamento jurídico que dispõe que toda despesa na esfera da Administração Pública deve, de forma inequívoca, estar fulcrada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ínclitos Parlamentares, é oportuno aduzir que a instituição da Segurança e Civismo nas Áreas Escolares são de valiosa importância para o polimento espiritual da cidadania, contudo, o Projeto de Lei em tela se sancionado por este Executivo causaria desequilíbrio no erário público por não apresentar suporte na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ademais, a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus artigos 16 e 17, veda expressamente a criação de despesas derivadas de Lei, Medida Provisória ou através de Ato Administrativo Normativo, sem estarem acompanhados das respectivas estimativas de impacto orçamentário-financeiro, consoante se observa nos comandos legais *infra* expostos, *in verbis*:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesas de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I, do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º, do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.”

[Assinatura]

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
01/08/2011
[Assinatura]
Serviço (nome legível)



02

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Não acompanham o Projeto de Lei em comento, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como a demonstração da origem dos recursos, para custeio da despesa e a devida comprovação de que a despesa não afetará as metas e resultados fiscais previstos no artigo 17 da referida Lei Complementar Federal n. 101, de 2000, devidamente acompanhada das premissas e metodologia de cálculos utilizados.

Saliente-se, ainda, que a presente proposta desse Poder Legislativo contém vício de iniciativa, pois ao criar atribuições às Secretarias de Estado, fere frontalmente a Constituição Estadual, caracterizando assim, vício formal, *in verbis*:

“Art. 39.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I – fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observadas as diretrizes estabelecidas na legislação federal;

II – disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo;

Portanto, o presente Projeto de Lei é inconstitucional, pois invade competência privativa do Governador do Estado, bem como não atende aos preceitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, os quais constituem verdadeiros pressupostos para a válida criação de despesas obrigatórias de caráter continuado uma vez que a observância de tais dispositivos é *conditio sine qua non*, para validade formal da Lei.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador